

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

COMUS

São Sebastião

1 ATA DA 95ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMUS – CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
2 DE SÃO SEBASTIÃO.

3 Data: 17 de agosto de 2010, às 16 horas e 20 minutos, em segunda chamada.

4

5

6 **Ordem do Dia:**

7

8 **1- Apresentação sobre a implantação do SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de**
9 **Urgência;**

10 **2- Explanação breve sobre a visita da Sra. Ana Cristina e Dr. Antonio às dependências**
11 **do Hospital de Clínicas de São Sebastião;**

12 **3- Assuntos Gerais.**

13

14 Sra. Ana Cristina presidiu a reunião devido à impossibilidade de comparecimento do Dr. Antonio
15 por motivos de estar em viagem à São Paulo para defesa da sua dissertação de mestrado. Deu
16 início a reunião informando que o COMUS está enviando ofício para o Instituto Acqua solicitando
17 esclarecimentos quanto às ausências em plenárias anteriores destinadas para apresentação das
18 ressalvas referentes à Prestação de Contas do 1º Trimestre. Em seguida, passou-se a ordem do
19 dia.

20

21 **1-) Sr. André Leandro, Coordenador Geral do CACEM – Central de Atendimento e Controle a**
22 **Emergências, agradeceu o espaço para apresentação da implantação do SAMU – Serviço de**
23 **Atendimento Móvel de Urgência e aproveitou o momento para informar sobre a liberação da**
24 **habilitação do UPA – Unidade de Pronto Atendimento em São Sebastião, disse que já é de**
25 **conhecimento do Secretário da Saúde que solicitou informar ao Conselho. Disponibilizou cópia**
26 **da portaria do Ministério de Saúde nº 156 DOU - de 16/08/10 que libera o recurso da UPA –**
27 **Unidade de Pronto Atendimento que será construída em anexo ao Hospital de Clínicas que**
28 **será construído em Boiçucanga.** Explicou que esse projeto foi enviado junto ao projeto do
29 SAMU e que a implantação da UPA está intimamente ligada à implantação do SAMU, daí a sua
30 liberação. Disse que a liberação desse recurso seguirá alguns passos, o primeiro será a
31 aprovação do espaço físico, o segundo quem executará o projeto e o terceiro a execução em si,
32 providenciada pela Prefeitura de São Sebastião. Esclarecendo a Sra. Dircéia, explicou que UPA
33 e SAMU são dois projetos separados, mas integrados em suas ações, ambos aprovados pelo
34 Ministério da Saúde e liberados para implantação no município. O UPA é um recurso no valor
35 total de R\$ 1.400.000,00, que será liberado primeiramente 10% do recurso (140.000,00),
36 destinado a questão de área física e localização, planta do local, sendo liberados mais dois lotes,
37 no percentual de 30% e 60% respectivamente. Informou que esta unidade demandará um custeio
38 mensal de R\$ 100.000,00 a partir da data liberada para habilitação. Atualmente, a Unidade de
39 Pronto Atendimento de Saúde de Boiçucanga é custeada com recurso do município e a partir da
40 habilitação do UPA será contemplada com esse recurso. Sr. André questionado pela Sra. Cibele
41 sobre como será o funcionamento da unidade em referência caso o hospital não seja construído
42 e quem será o responsável pela planta do hospital, explicou que apesar da unidade ser anexa ao
43 prédio, é um serviço independente e terá início mesmo que o hospital não seja construído.
44 Quanto à planta do prédio será de responsabilidade da Prefeitura. Questionado pela Sra. Dircéia
45 quanto ao destino das ambulâncias, informou que são dois projetos separados e estas foram
46 enviadas para implantação do SAMU. Explicou que para o município ser credenciado e mantido
47 pelo Ministério da Saúde terá que estar vinculado ao SAMU. Explicou que essa é uma estratégia

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

C O M U S

São Sebastião

48 do Ministério da Saúde, objetivando a adesão municípios à rede dos projetos. Dando
49 seguimento, Sr. André discorreu sobre a estrutura do serviço com apresentação da distribuição
50 das ambulâncias por região de atuação. Salientou que a ambulância de suporte avançado ficará
51 na região de Boiçucanga. Sra. Dircéia manifestou preocupação com o serviço de ambulâncias
52 durante o período de temporada, quando há uma incidência maior de afogamentos. Sr. André
53 explicou que os serviços de rotina de saúde continuarão atuantes, contando, também com o
54 apoio do Corpo de Bombeiros. Informou que o Ministério da Saúde fornece três ambulâncias
55 extras de reposição técnica para o SAMU do Litoral do Norte. Explicou que na quebra de uma
56 ambulância, existirá outra para substituição. Acontece que as referidas ambulâncias que seriam
57 enviadas para o município com esse objetivo (reserva técnica) foram desviadas para atender as
58 necessidades do Nordeste devido às enchentes ocorridas na região. Numa nova licitação estas
59 ambulâncias serão repostas e enviadas ao município de direito. Por último, informou que,
60 atualmente, São Sebastião conta com cinco ambulâncias, mas ficarão no total com oito,
61 considerando as ambulâncias de reservas técnicas. Salientou que só poderão ser liberadas para
62 funcionamento após a vistoria técnica conforme preconiza o Ministério da Saúde. Salientou que
63 essa postura não implicará na implantação do serviço. Receberão mais três ambulâncias básicas
64 e uma de suporte avançado que ficarão no município de São Sebastião - sede do SAMU. A
65 ambulância de suporte avançado já chegou e se encontra nas dependências da Prefeitura.
66 Informou que as ambulâncias são muito bem equipadas proporcionando um salto de chance de
67 sobre vida dos pacientes atendidos de infarto agudo do miocárdio, muito eficiente. Disse que
68 esses pacientes serão desfibrilados no local de ocorrência. Apresentou as necessidades de
69 contratação por categoria profissional, detalhadas por cargo, carga horária e valor salarial.
70 Explicou que os despachadores (Auxiliares de Regulação da Central de Emergência) são as
71 pessoas que atendem as ocorrências, seguindo o protocolo de atendimento específico (natureza
72 da ligação, local de ocorrência, ponto de referência, enfim, todos os dados fundamentais para o
73 sucesso do atendimento). Caso as informações colhidas estejam dentro do protocolo de
74 atendimento 192 serão encaminhadas para o médico regulador, caso não estejam serão
75 encaminhadas para o destino correto. Informou que o repasse do Ministério da Saúde será de R\$
76 107.000,00 mensais enquanto que a contrapartida do município, a partir dos primeiros meses de
77 implantação, será a mesma que já é custeada. Disse que esse investimento diminuirá o tempo
78 estadia do paciente no hospital. Salientou que o início do recurso terá liberação a partir do
79 término do período eleitoral incluindo o retroativo desde a data de inauguração, considerando
80 que o Fundo Nacional de Saúde entende que por ser um novo serviço, será um novo
81 investimento e a lei eleitoral não permite. Salientou que os Recursos da Central de Regulação
82 também serão liberados após o período eleitoral. Por último, informou que a previsão de
83 inauguração será para a 2ª quinzena do mês de outubro de 2010, já de conhecimento do Sr.
84 Prefeito. Em seguida, disponibilizou o momento para esclarecimentos dos presentes.

85 **1.1)** Dr. Marcos questionou como ficará o custeio regional do serviço no município. Sr. André
86 respondeu que cada município arcará com a sua contrapartida e assumirá os seus Recursos
87 Humanos, controlado pelo Fundo Municipal de Saúde respectivo. Explicou que cada município
88 ganhou a sua própria rubrica.

89 **1.2)** Sra. Ana Cristina perguntou ao Dr. Barboni, Assessor Jurídico da PMSS (Intervenção do
90 Hospital de Clínicas de São Sebastião), se existe alguma implicação legal para implantação do
91 serviço, considerando que o Hospital está em processo de intervenção. Dr. Barboni respondeu
92 que não há, porém deverá ocorrer o aumento de repasse para o Hospital, acrescentou que a
93 verba atual aprovada na Câmara Municipal, repassada pelo Município à Irmandade Santa Casa
94 Coração de Jesus, para administração do Hospital de Clínicas dentro do processo interventivo,

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

COMUS

São Sebastião

95 no valor de 2.300.000,00 não previu este custeio para o SAMU. Disse que algumas cidades
96 estão contratando empresas para administrar o SAMU, já em São Sebastião farão uma
97 complementação, licitação “caseira” SIC. Sr. André manifestou desconhecimento referente às
98 informações cedidas pelo Dr. Barboni e salientou que o Comitê Gestor orientou os municípios
99 para tomarem cuidado com a forma de contratação, considerando que o Ministério da Saúde
100 deixou muito claro que não será autorizado nenhum repasse para empresa privada. Sra. Ana
101 Cristina considerou que se há um repasse proposto, este terá de ser aprovado pelo COMUS e
102 pela Câmara de Vereadores. Sr. André explicou que o repasse citado de R\$ 107.000,00 será
103 custeado pelo município nos dois primeiros meses até a liberação pelo Ministério da Saúde e
104 após será repassado para Irmandade, reforçou, ainda, que o repasse financeiro pelo Ministério
105 da Saúde será retroativo e que a contrapartida do município é o valor que o município já vem
106 custeando.

107 **1.3)** Sr. André questionado pelo Dr. Marcos referente se os recursos humanos serão contratados
108 ou concursados, explicou que o serviço já conta com servidor e os demais serão contratados
109 pela Irmandade (médicos e enfermeiros).

110 **1.4)** Sr. André questionado pela Sra. Ana Cristina quanto à equipe coordenadora do SAMU
111 respondeu que o município sede, no caso São Sebastião é responsável pela coordenação
112 técnica do serviço que compreende os municípios de Ubatuba até Ilhabela e a parte de recursos
113 humanos – contratação o custeio pertencerá a cada município.

114 **1.5)** Dr. Paulo Alexandre manifestou preocupação com a capacitação médica e de enfermagem,
115 considerou que além de equipamentos e estrutura adequada, os socorristas deverão estar
116 adequadamente preparados e capacitados em ATLS (Suporte Avançado de Vida no Trauma) e
117 ACLS (Suporte Avançado de Vida em Cardiologia), salientou que o sucesso no atendimento ao
118 paciente está vinculado à capacitação profissional. Em seguida questionou o tempo previsto para
119 implantação dessa preparação técnica. Sr. André informou que o processo de capacitação está
120 adiantado, restando apenas realizar a capacitação de médicos e enfermeiros. Salientou que a
121 vistoria técnica exige, no momento do aval, que toda equipe esteja capacitada e treinada para
122 utilizar todo equipamento inerente ao atendimento especializado. Dr. Paulo chamou a atenção
123 para retaguarda hospitalar para receber o SAMU, salientou que os profissionais do hospital,
124 também deverão estar capacitados para complementar o atendimento. Em seguida, dirigiu a
125 pergunta ao Sr. Juliano, responsável serviço de urgência e emergência do Pronto Socorro que
126 informou que estudará junto ao Sr. André e Dr. Barboni qual o tipo de capacitação adequada
127 para disponibilizar a capacitação a equipe do Pronto Socorro. Informou que recentemente foi
128 realizada capacitação por intermédio da AMESSI para maioria dos profissionais do Pronto
129 Socorro. Dr. Paulo Alexandre considerou que a maioria dos profissionais que realizou essa
130 capacitação não trabalha no Pronto Socorro. Em seguida, reforçou a sugestão de capacitação
131 adequada para os referidos profissionais do Pronto Socorro em ATLS e ACLS.

132 **1.6)** Dr. Barboni considerou que a capacitação dos profissionais do Pronto Socorro será de
133 responsabilidade do Hospital (processo interventivo), questionou quem custeará a capacitação
134 dos profissionais que trabalharão nas ambulâncias e quem serão os coordenadores técnicos
135 responsáveis pelo SAMU. Sr. André explicou que a capacitação de suporte básico já está sendo
136 realizada, quanto à capacitação do suporte avançado, a Secretaria da Saúde está fazendo
137 contato com médico especializado para ministrar o treinamento. Informou que o Dr. Léo está
138 responsável por esta incumbência. Em seguida informou que a coordenadora de Enfermagem é
139 a enfermeira Maria Antonia, o coordenador da classe médica é o Dr. Léo Jardim e como
140 coordenador geral, o Sr André Leandro informou que ele será o responsável conforme consta em
141 portaria.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

COMUS

São Sebastião

142 **1.7)** Dr. Elias questionou porque que a capacitação dos profissionais com nível superior na área
143 médica deve ser custeada pelo serviço, quando isso não acontece na classe odontológica. Em
144 seguida sugeriu a Secretaria da Saúde a liberação de incentivo para os interessados, disse que o
145 interesse é pessoal e questionou porque o apadrinhamento existe para uma determinada classe.
146 Salientou que quando os funcionários públicos são mantidos pela instituição pública e, por ela se
147 especializam, estes são obrigados a trazer o conhecimento e ampliá-los, tornando-se educadores
148 extensivos, já com o treinamento proporcionado aos contratados isto não acontece! Sr. André
149 explicou que a capacitação proposta atenderia somente a parte científica do treinamento,
150 proporcionando um barateamento do mesmo, cabendo ao município o custeio do coffee break e
151 disponibilidade de espaço físico para o treinamento, considerando que o município arcaria com o
152 treinamento prático.

153 **1.8)** Sr. Márcio Tenório parabenizou o Conselho pela discussão, parabenizou o Dr. Elias e Dr.
154 Marcos pelos questionamentos pertinentes e importantes. Em seguida, considerou que toda e
155 qualquer ação relacionada às questões de saúde deverão passar pela análise do COMUS.
156 Informou que o município tem uma rede resolutive e já desenvolve um trabalho muito importante
157 em conjunto com o Corpo de Bombeiros, facilitando o trabalho do intensivista do Pronto Socorro.
158 Disse que existe uma estrutura de trabalho montada para melhorar as condições das instalações
159 físicas e administrativas do Hospital, Pronto Socorro Central e de Boicuçanga. Foram realizados
160 investimentos em equipamentos e reforma do prédio, elogiou o serviço de atendimento às
161 urgências e emergências, disse que é o melhor da região. Em seguida, perguntou ao Sr. André
162 como será praticada a hora de trabalho do médico e qual o piso baseado. Sr. André respondeu
163 que as informações foram cedidas pelo Sr. Carlos, DRH do Hospital.

164 **1.9) Sra. Ana Cristina após considerar a explanação do S. André, considerações do Dr.**
165 **Barboni, demais intervenções realizadas pelos presentes e ausência do Dr. Antonio, que**
166 **também é assessor jurídico, sugeriu discutir o assunto em pauta na próxima reunião**
167 **ordinária. Dr. Elias considerou que para melhor entendimento sobre o aditamento**
168 **proposto seja apresentada uma planilha detalhada sobre o repasse que município custeia**
169 **atualmente. Propostas aprovadas, por unanimidade pela plenária.**
170

171 **2-) Explanação breve da Sra. Ana Cristina sobre a visita realizada juntamente com o Dr.**
172 **Antonio nas dependências do Hospital de Clínicas de São Sebastião e Pronto Atendimento**
173 **de Boicuçanga:**

174 Sra. Ana Cristina informou que ela e Dr. Antonio realizaram uma visita ao Hospital de São
175 Sebastião e constataram mudanças positivas referentes a estrutura física do hospital. Informou
176 que perceberam uma fisionomia satisfeita de funcionários frente ao ambiente de trabalho. Em
177 visita ao setor de UTI, foram informados pela equipe médica de plantão que o funcionamento
178 está adequado. Em seguida, relatou uma queixa referente ao atendimento do hospital,
179 informação de conhecimento do Sr. Juliano. Disse que uma paciente foi liberada pelo hospital
180 após internação para realização de uma cirurgia, o motivo alegado foi que o médico estaria de
181 férias. Sr. Juliano explicou que realmente o fato ocorreu por falha de entendimento da letra do
182 médico, mas que uma nova data de cirurgia já foi agendada, corrigindo o erro efetuado. Quanto a
183 Unidade de Boicuçanga informou que realizaram visitaram a unidade e foram recepcionados pelo
184 Enfermeiro Matheus. Disse que a unidade apresenta sérios problemas que serão solucionados a
185 partir de setembro/10. Sr. Márcio Tenório informou que providencias já estão sendo tomadas
186 para suprir as necessidades da unidade. Enfermeiro Matheus, coordenador da Unidade de
187 Pronto Socorro de Boicuçanga, informou que gradativamente as dificuldades apresentadas estão
188 sendo sanadas e uma delas foi a instalação de caixa d'água na unidade, solucionando o

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

COMUS

São Sebastião

189 problema na falta de água em período de temporada.

190

191 **3) Assuntos Gerais:**

192 **3.1)** Sra. Mirian, AMBACAM, informou que a unidade do Canto do Mar está apresentando
193 problemas com desvios nos resultados de exames. Sr. Juliano, responsável administrativo do
194 Pronto Socorro considerou que os exames laboratoriais poderão solicitar segunda via, já os de
195 imagem, terão de repeti-los.

196 **3.2)** Sr. Márcio Tenório elogiou a parceria com a Irmandade, disse que atualmente não
197 encontram dificuldades de trabalho e o sucesso da administração se deve ao sucesso do
198 comprometimento das três unidades: Hospital, Pronto Socorro Central e de Boicuçanga.

199

200 Esgotados todos os esclarecimentos e não havendo mais dúvidas no momento, Sra. Ana Cristina
201 encerrou a reunião.

202

203

204 Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que após aprovação, será assinada pelos
205 presentes.

206 Ata elaborada por: Ana Maria Assis Leite dos Santos (funcionária pública e responsável administrativa do
207 COMUS).

208

209 São Sebastião, 17 de agosto de 2010.

210 **LISTA DOS MEMBROS PRESENTES QUE ASSINAM ESTA ATA**

211 Estiveram presentes outros ouvintes que assinam a lista de presença.

Daniel Bastos de Araújo L. Neto		Lidiomar Conelian de Oliveira	
Solange Cristina C. Toledo		Marta Festa	
Ubirajara Nascimento		Isilda Aparecida R. Giudice	
Elias Cecílio Neto		Ana Cristina R. Soares	
Viviane Moura Snodgrass		Dircéia Arruda de Oliveira	
Cibele A. N. Corte		Venina Targat M. Soares	
Márcia de Souza G. Ferreira		Mirian Pinheiro dos Santos	

212 Estiveram presentes outros ouvintes que assinam a lista de

213 presença. xxx

214 xxx

215 xxx

216 xxx

217 xxx

218 xxx

219 xxx

220 xxx

221 xxx

222 xxx

223 xxx

224 xxx